

Público

10-03-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 546

Imagem: S/Cor

Página (s): 9

## Grupo desviou 2,1 milhões de hospitais e câmaras enviando cartas com novos NIB

**Burla**  
Pedro Sales Dias

**Serviços prisionais foram enganados, a GNR recebeu carta da “empresa” que pedia pagamento de dívida mas desconfiou**

Um grupo composto por quatro homens terá causado um prejuízo ao Estado de 2,1 milhões de euros de forma simples, mas ousada. Tudo que tiveram de fazer foi enviar cartas à contabilidade de hospitais, câmaras e institutos públicos. Fazendo-se passar pelas empresas a quem realmente essas instituições deviam dinheiro por serviços prestados ou bens adquiridos, alertavam que estas passaram a ter outras contas bancárias e forneciam novos números de identificação bancária (NIB). Essas contas, porém, eram controladas pelos suspeitos.

Depois foi só esperar que os serviços do Estado acreditassem na carta e transferissem o dinheiro efectivamente devido por serviços prestados ou bens adquiridos, adiantou ao PÚBLICO fonte da PJ.

A Direcção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) foi uma das entidades burladas. “Recebemos uma carta referente a serviços de limpeza, mas, quando nos apercebemos que não era verdadeira, o pagamento já tinha sido processado e a transferência feita. Apresentámos queixa-crime às autoridades já este ano”, disse ao PÚBLICO o director do DGRSP, Rui Sá Gomes. O grupo tentou também fazer o mesmo com o Comando Nacional da GNR, mas a Guarda desconfiou e não fez qualquer transferência.

Foram “lesadas empresas e diversos serviços do Estado, em todo o território continental, nomeadamente câmaras municipais, hospitais, institutos públicos e serviços centrais do Estado, em Lisboa, Setúbal, Matosinhos, Maia, Porto e Algarve”, adianta a PJ num comunicado divulgado ontem, no qual é anunciado o desmantelamento recente da rede e a detenção de quatro suspeitos. Os suspeitos, três portugueses e um brasileiro, foram detidos na passada sexta-feira pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária que realizou 11 buscas em Lisboa, Setúbal, Évora, Faro e Madeira.

O grupo de homens, entre os 22 e os 37 anos, seguia atentamente os contratos que iam sendo divulgados

nos portais de contratação pública na Internet, como o portal BASE, tendo assim acesso à informação sobre a identificação das partes nos contratos em causa. O plano do grupo falhou quando chegou a altura de decidir o que fazer com os milhões arrecadados. A transferência do dinheiro para outras contas, inclusive para outros países, terá feito soar o alarme e a Unidade de Informação Financeira da PJ e o Departamento Central de Investigação e Acção Penal foram alertados pelos bancos, tendo a investigação começado logo em Outubro do ano passado. Essa informação foi, entretanto, cruzada com queixas-crime apresentadas quer pelos serviços do Estado enganados quer pelas empresas prestadoras de serviços às quais não foram pagos os montantes.

Os suspeitos terão pensado em tudo, menos nas medidas de prevenção de branqueamento de capitais previstas na lei. Desde 2008 que a detecção de operações financeiras que levantem suspeitas, como depósitos

# 4

**Suspeitos são três portugueses e um brasileiro, entre os 22 e 37 anos e sem cadastro. Estão acusados de burla qualificada e branqueamento de capitais**

em numerários superiores a 10 mil euros ou transferência e depósitos de montante elevado, ou de baixo valor de forma a iludir aquele limite, têm de ser comunicados ao departamento interno de Compliance, que, depois de validar a suspeita, faz a comunicação às autoridades.

Os quatro homens foram interrogados no sábado no Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa. Três ficaram em prisão preventiva enquanto o quarto suspeito foi libertado, tendo ficado obrigado a apresentar-se periodicamente no posto de polícia da sua área de residência. Estão indiciados por crimes de falsificação de documentos, burla qualificada, branqueamento de capitais. Nenhum dos elementos do grupo estava referenciado pela polícia. Não tinham cadastro nem profissão conhecida.

Durante a acção policial, os inspec-tores apreenderam documentação sobre saldos bancários de diversas contas tituladas pelos suspeitos e cujo valor “ronda um milhão e 500 mil euros”, segundo a PJ.